

Título: A Educação Permanente como ferramenta da gestão para implantação da Estratégia Saúde da Família.

Nome do aluno: Samoel Mariano

Nome do Orientador: Zeliete Linhares Leite Zambon

Introdução:

Desde a criação do Sistema único de Saúde (SUS), através da Constituição de 1988, sabe-se que a Atenção Primária em Saúde deve atuar de maneira universal, integral, equânime e ainda trazer a resolutividade para as questões que envolvem a promoção, prevenção e recuperação da Saúde. Dessa forma, estes desafios estão cada vez mais presentes para os gestores do SUS de todos os níveis federados, inclusive os gestores municipais (BRASIL, 2014).

Portanto, para dar conta de tais necessidades de saúde, o Ministério da Saúde, no ano de 1994, implantou um novo modelo de assistência na Atenção Primária em Saúde denominado Programa Saúde da Família (PSF) que reverte à mudança do objeto de atenção, bem como a forma de atuação e organização geral dos serviços, gerando uma prática assistencial norteada por novas bases e critérios, dentre os quais prevalecem o cuidado a uma população adscrita, as visitas domiciliares para cadastro das famílias e acompanhamento das mesmas, o que favorece inclusive, a formação de vínculo entre equipe e usuários. Mediante tal cenário, em 2006 o Ministério da Saúde alterou este Programa, para Estratégia Saúde da Família (ESF), sendo prioritária para reorganizar a Atenção Primária em Saúde e uma aposta crucial para diminuir as iniquidades sociais, a insatisfação dos usuários com o sistema de saúde e atender os princípios do SUS (BRASIL, 1997).

Assim, logo o que seria uma estratégia talvez discricionária, se transforma em uma política norteadora aos municípios, ao passo que, o Ministério da Saúde (revisando diversas leis, portarias e decretos presidenciais expedidos anteriormente) lançou a Portaria MS/GM no. 2.488, de 21 de outubro de 2011, que norteia a forma de organização da Atenção Básica para a ESF e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e instrui que a Atenção Primária em Saúde já existente seja revertida para o modelo baseado em ESF (BRASIL, 2011).

Desta forma, para implantar a ESF e reverter o modelo assistencial já existente, faz-se necessário à realização de uma abordagem educativa e reflexiva aos usuários e trabalhadores, e isso é encontrado facilmente na Educação Permanente em saúde, pois a mesma pode corresponder à Educação em Serviço, quando esta coloca a pertinência dos conteúdos, instrumentos e recursos para a formação técnica submetida a um projeto de mudanças institucionais ou de mudança da orientação política das ações prestadas em dado tempo e lugar (CECCIM, 2005).

Justificativa: O presente projeto é crucial para subsidiar a gestão de saúde do município Boituva, estado de São Paulo, (que possui 54.594 habitantes e 06 Unidades Básicas de Saúde, sendo que todas atuam no modelo assistencial tradicional e tem aprovação e compromisso junto ao Ministério da Saúde para implantar a ESF em todas essas unidades) nas ações de preparação da equipe e usuários do território onde reverterá o modelo de assistência tradicional para ESF.

Objetivos:

Objetivo Geral: O objetivo do presente projeto será subsidiar (com ações de educação permanente) o gestor de saúde do município selecionado a preparar as equipes e usuários das Unidades Básicas de Saúde para a reversão do modelo assistencial tradicional para ESF.

Objetivos Específicos:

1. Permitir que o Gestor municipal de saúde e equipe técnica se aproprie da educação permanente enquanto ferramenta de apoio à gestão.
2. Propiciar conhecimento da Atenção Primária em Saúde, mais especificamente da Estratégia Saúde da Família ao Conselho Municipal de Saúde.

3. Facilitar o saber da proposta da ESF para os trabalhadores e usuários das Unidades de saúde que serão implantadas a ESF.

Método:

Local: Secretaria Municipal de Saúde e Unidades Básicas de Saúde do Município de Boituva, interior do estado de São Paulo.

Público-alvo: Gestor, usuários e trabalhadores da Atenção Primária em Saúde.

Participantes: Gestores do sistema municipal de saúde, Conselho Municipal de Saúde (representando os usuários) e profissionais que atuam nas Unidades de Saúde que reverterá o modelo assistencial tradicional para ESF.

Ações:

1. Apresentar o Projeto de Intervenção ao gestor de saúde e equipe de apoio, mostrando a importância da educação permanente enquanto ferramenta subsidiária da gestão para provocar mudanças na prática profissional.

2. Roda de Conversa com o Conselho Municipal de Saúde (o município não possui conselho local ou gestor de saúde): Apresentar a Política Pública de Saúde no Brasil, vinculando com o Plano de Saúde do Município e a necessidade de reorganização dos Serviços para implantação da ESF, solicitando a participação deste Conselho para sensibilizar as equipes e usuários da Atenção primária para este novo olhar, baseado na ESF.

3. Rodas de conversas e oficinas locais: Executar ações de educação permanente em cada Unidade de Saúde, trazendo fundamentação teórica e didática pedagógica de problematização com casos reais, de modo a sensibilizar e preparar a equipe e território para a reversão do modelo assistencial tradicional para ESF, provocando-os a realizar o levantamento das necessidades a serem trabalhadas no próprio território de modo a colaborar com a implantação da ESF.

Avaliação / Monitoramento: Para a avaliação do presente projeto pretende-se solicitar que a equipe de cada Unidade (vinculada a um membro do Conselho Municipal de saúde) elabore um plano de ação para conscientização da população sobre o novo modelo assistencial a ser implantado, bem como apontem soluções locais para as necessidades a serem trabalhadas.

Resultados esperados:

Os resultados esperados com o presente projeto é o reconhecimento da educação permanente enquanto ferramenta da gestão e facultar aos trabalhadores e Conselho Municipal de saúde a trabalharem com problematização, de maneira a inseri-los no processo de gestão participativa, buscando estratégias de disseminar este conhecimento aos usuários do SUS, estabelecendo vínculos e corresponsabilidades na gestão deste sistema.

Referências:

BRASIL, Ministério da Saúde. Atenção Básica construindo a base da integralidade. **Rev. Divulgação em Saúde para debate**, Rio de Janeiro, Nº 51, p. 4, out. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília, DF, 1997.

_____. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, n.204, p.55, 24 out. 2011. Seção 1, pt1.

CECIM, R.B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Rev. Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Guarapuava-PR Saúde, Educ, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005.